

Vogais suplentes:

Carla Filipe, técnica superior de 1.ª classe da Divisão de Serviço Jurídico e Contencioso.

Vanda Carreira, técnica superior de 1.ª classe da Divisão de Serviço Jurídico e Contencioso.

9 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Humberto de Carvalho*.

2611065144

CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Aviso n.º 23 014/2007

Renovação de contratos de trabalho a termo resolutivo

Para os devidos efeitos se torna público que, ao abrigo do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e por despacho exarado em 5 de Novembro de 2007, se procedeu à renovação dos contratos de trabalho a termo resolutivo com os seguintes trabalhadores:

José Pedro Ferreira Vasco, marcador de vias, escalão 1, índice 137 — com início a 12 de Dezembro de 2007 e até 11 de Junho de 2008.

Vítor Carlos Couto de Sá Pereira, marcador de vias, escalão 1, índice 137 — com início a 12 de Dezembro de 2007 e até 11 de Junho de 2008.

Luís Alberto dos Santos da Silva Inês, tractorista, escalão 1, índice 142 — com início a 28 de Dezembro de 2007 e até 27 de Dezembro de 2008.

[Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 3, alínea g), do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

6 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.

2611065219

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Aviso n.º 23 015/2007

Para efeitos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, na sequência de despachos do presidente da Câmara de 6 de Novembro de 2007, encontram-se abertos concursos internos de acesso geral, para provimento dos seguintes lugares (M/F), nas categorias e carreiras do grupo de pessoal técnico profissional, a seguir indicadas, para exercerem funções na área do município de Braga:

Carreira de animação desportiva:

Concurso A — técnico profissional principal — três lugares;

Carreira de topógrafo:

Concurso B — técnico profissional principal — um lugar.

1 — Para efeitos de recrutamento, foi consultada a bolsa de emprego público, tendo-se verificado não existir pessoal em situação de mobilidade especial prevista nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, pelo que foi pela Direcção-Geral de Administração Pública emitida declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido para os concursos em causa.

2 — Prazo de validade — preenchimento dos lugares a concurso.

3 — Composição dos júris:

Concurso A:

Presidente — Ana Paula Enes Morais Pereira, vereadora.

Vogais efectivos:

Palmira Maciel Fernandes Costa, vereadora.

Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, director municipal.

Substituto do presidente — 1.º vogal efectivo.

Vogais suplentes:

Ilda de Fátima Gomes Esteves Carneiro, vereadora.

João Manuel Correia Lima, director de departamento.

Concurso B:

Presidente — Ana Paula Enes Morais Pereira, vereadora.

Vogais efectivos:

Luciano da Costa Carvalho Dias, director municipal.

Luís Miguel Mesquita Sousa Pereira Araújo, chefe de divisão.

Substituto do presidente — 1.º vogal efectivo.

Vogais suplentes:

Palmira Maciel Fernandes Costa, vereadora.

Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, director municipal.

4 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são a avaliação curricular e entrevista profissional de selecção. Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e entrevista profissional de selecção bem como o sistema de classificação final, constam das actas n.º 1 das reuniões dos respectivos júris, sendo facultada aos candidatos quando solicitada.

5 — Formalização das candidaturas:

5.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do júri e entregue pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos, ou remetido pelo correio com aviso de recepção para a Câmara Municipal de Braga (Departamento de Recursos Humanos), Edifício do Convento do Pópulo, 4704-514 Braga, no prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação deste aviso.

5.2 — Do requerimento cujo modelo facultativo poderá ser obtido no Departamento de Recursos Humanos, ou no *site* www.cm-braga.pt, deverá constar:

- a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, nacionalidade, residência, telefone, número fiscal de contribuinte, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu);
- b) Concurso a que se candidata, com indicação da data do presente aviso;
- c) Indicação da actual categoria e da data da respectiva nomeação;
- d) Indicação das classificações de serviço legalmente exigidas.

5.3 — Os candidatos não pertencentes ao quadro deste município deverão fazer prova mediante declaração emitida pelo serviço de origem, da natureza do vínculo que possuem à função pública, da antiguidade de serviço na categoria e carreira e das classificações de serviço, sob pena de exclusão.

5.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

6 — A relação de candidatos, bem como a lista de classificação final, serão afixadas nos locais de estilo do município, sem prejuízo do cumprimento do previsto nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

2611065217

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Aviso n.º 23 016/2007

Reclassificação de pessoal

Torna-se pública a lista nominativa dos professores reclassificados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, com nomeação definitiva por aplicação do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, e por despacho do presidente da Câmara Municipal de 12 de Outubro de 2007:

Nome	Categoria anterior — Designação	Nova categoria		
		Designação	Esc.	Índ.
Joana Isabel de Sousa da Silva Alves	Professora de QZP do distrito do Porto.	Técnico superior de desporto de 2.ª classe.	3	435

Nome	Categoria anterior Designação	Nova categoria		
		Designação	Esc.	Índ.
Isidro Carlos Pereira Rodrigues	Professor de QZP do distrito de Bragança.	Técnico superior de 1.ª classe (indiferenciado — área de educação).	3	500

Deverão aceitar os lugares no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Jorge Nunes*.

2611065180

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Aviso n.º 23 017/2007

De acordo com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local através do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 7 de Novembro de 2007, foram nomeados para ocupar três lugares de técnico superior de direito de 1.ª classe Helena Maria Seródio Batista Lisboa, classificada em 1.º lugar, com 18,78 valores, Henrique Manuel Pedroso Silvestre, classificado em 2.º lugar, com 18,50 valores, e Mário João de Oliveira Baptista de Matos, classificado em 3.º lugar, com 18,46 valores, na sequência de concurso interno de acesso limitado.

9 de Novembro de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos, com delegação de assinatura, *Pedro Caldeira Santos*.

2611065087

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO

Aviso n.º 23 018/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar da categoria de técnico superior de comunicação social estagiário

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara, proferido em 8 de Novembro de 2007, foi decidido abrir concurso externo de ingresso para provimento de um lugar da categoria de técnico superior de comunicação social estagiário do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Celorico de Basto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, nos termos dos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

1 — Foi dado cumprimento ao n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, sendo efectuada consulta à bolsa de emprego público em 19 de Outubro de 2007, verificando-se não existir pessoal em situação de mobilidade especial prevista nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 2 do artigo 41.º da referida lei, tendo a Direcção-Geral da Administração Pública emitido declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido.

2 — O concurso processa-se ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 353-A/89, de 16 de Outubro.

3 — O concurso é válido somente para a vaga posta a concurso.

4 — O conteúdo funcional é o constante do despacho n.º 7014/2002, do Secretário do Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 4 de Abril de 2002.

5 — Condições de candidatura — poderão candidatar-se todos os indivíduos habilitados com licenciatura em Comunicação Social.

5.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

5.2 — Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, poderão candidatar-se indivíduos com deficiência, declarando no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, assim como indicar no requerimento de admissão as respectivas capacidades de comunicação e expressão.

É dispensada a apresentação imediata de documentos comprovativos dessa mesma deficiência.

6 — O método de selecção a utilizar será o de prova oral de conhecimentos e avaliação curricular.

6.1 — A prova oral de conhecimentos terá por objectivo avaliar o grau de motivação e conhecimentos das tarefas a desempenhar,

familiaridade com o conteúdo das funções a exercer e com o funcionamento das autarquias locais, atitude face às implicações éticas e deontológicas do cargo, facilidade de exposição e de argumentação, bem como o conhecimento das matérias constantes da seguinte legislação: Estatuto Disciplinar, regime de férias, faltas e licenças, estatuto remuneratório, regime de recrutamento e provimento, carreiras da função pública, Estatuto da Aposentação e ADSE, e as devidas alterações.

6.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular constam de actas de reunião do júri do concurso, sendo facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

6.3 — Classificação final — para a elaboração da lista classificativa será adoptada a escala de 0 a 20 valores e a pontuação final dos concorrentes resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{POC + AC}{2}$$

em que:

CF = classificação final;

AC = avaliação curricular;

POC = prova oral de conhecimento.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas serão formalizadas mediante requerimento, de formato A4, ou em impresso próprio a adquirir na Secção de Pessoal da Câmara Municipal, o qual será dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Celorico de Basto, Praça do Cardeal D. António Ribeiro, 4890-220 Celorico de Basto, poderá ser entregue pessoalmente na Divisão de Gestão e Finanças desta Câmara Municipal ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, dentro do prazo atrás indicado, dele devendo constar a identificação completa dos candidatos, bem como a identificação do concurso a que se candidata.

7.1 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser acompanhado dos seguintes documentos, sob a pena de exclusão, na falta destes, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias;

b) *Curriculum vitae*, devidamente datado e assinado;

c) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte.

7.2 — É dispensada inicialmente aos candidatos a apresentação dos documentos referidos no n.º 5.1 deste aviso, à excepção do constante na alínea *c*) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, desde que para tal declarem, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos.

8 — As listas de admissão e classificação final dos candidatos serão afixadas no átrio do Edifício dos Paços do Concelho e enviadas aos concorrentes em carta registada com aviso de recepção, nos termos dos artigos 34.º e 40.º do diploma acima referido.

9 — As provas do concurso serão realizadas em data, hora e local a comunicar aos interessados, através de ofício registado, aquando da afixação da lista dos candidatos admitidos e excluídos do concurso.

O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Vereador Dr. Joaquim Monteiro da Mota Silva, substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

Vogais efectivos — Director de departamento Dr. José António Peixoto Lima e chefe de divisão António Maria da Silva Andrade.

Vogais suplentes — chefes de divisão Dr.ª Maria José Teixeira Marinho e Gilberta Lopes da Silva Andrade.

10 — A remuneração é a correspondente ao índice 321, € 1048,87.

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, pro-